



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A EDUCAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS E A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO CURSO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC

Maria de Fátima da Costa Lippo Acioli - FAT

Mario Cesar Jucá - FAT

RESUMO

A evolução e o desenvolvimento da Educação no Estado de Alagoas, bem como a Implantação do PRONATEC pela Secretaria de Educação do Estado são os objetos do presente estudo, da mesma forma, a análise do sistema educacional alagoano e a contribuição para a formação e o futuro da qualificação da população de jovens e adultos no Estado. Em consonância com os objetivos da investigação, este documento é um estudo preliminar preparatório para analisar a evolução dos conceitos de educação e formação para a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), e as políticas e as ações relacionadas com a educação e formação profissional no Brasil e em Alagoas. Em um segundo momento, este estudo pretende detalhar o enquadramento legislativo e oferta e frequência do PRONATEC no Estado, bem como a evolução dos estudantes, a fim de conhecer a contribuição deste programa para a atualização e aquisição de novos conhecimentos e competências, para a empregabilidade e para a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV). Esta primeira etapa baseou-se num estudo documental para obtenção de dados, embora sua continuidade demandará a utilização de questionário respaldado por entrevistas e nova análise documental. Associa-se a este estudo uma análise da situação da educação do estado de Alagoas diante dos índices publicados por órgão governamentais e privados.

Palavras Chave: Avaliação da Educação; Aprendizagem ao longo da vida; Educação de jovens e adultos; Formação profissional.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

INTRODUÇÃO

O tempo em que vivemos neste início de século e milênio caracteriza-se por profundas alterações sociais, econômicas e políticas dentro de um contexto contemporâneo. Trata-se de um tempo de permanentes mudanças e incertezas, no qual as pessoas e o conhecimento desempenham um papel importante para todo o desenvolvimento humano e social. .

A rápida disseminação das tecnologias da informação e comunicação, a transformação progressiva dos sistemas produtivos tradicionais, o surgimento de empresas globais e multiculturais assentes no conhecimento, o desemprego e o desaparecimento do conceito de emprego para toda a vida, os novos fenômenos migratórios, as alterações climáticas, a modificação da relação de forças e as novas formas de organização entre países são, entre outros, aspectos que contribuiriam para que tenhamos uma sociedade cada vez mais interligada, interdependente e globalizada.

Esta mudança de paradigma a que assistimos com a evolução para a chamada sociedade baseada no conhecimento coloca as pessoas no centro desta nova sociedade. Ao fazê-lo, surgem novos desafios, novos problemas e questões inéditas para os seus atores, ou seja, as pessoas. Como traduz Peter Drucker (2003), “o conhecimento toma corpo numa pessoa, é transportado por uma pessoa; criado melhorado por uma pessoa; aplicado por uma pessoa; ensinado e passado por uma pessoa; bem ou mal usado por uma pessoa” (p. 219).

É importante destacar as observações feitas pelo Banco Mundial (2003) quanto a base econômica estar baseada no conhecimento e se fundamentar primordialmente no uso das ideias. Esse conhecimento é criado, adquirido, transmitido e utilizado o mais eficazmente por pessoas e organizações, visando o desenvolvimento econômico e social, realçando as suas implicações na educação e na formação (pp. 1-4).

Atualmente, a aposta e o investimento nas pessoas tornaram-se fundamentais, quer para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico dos países, quer para os seus cidadãos. Em face da realidade e às rápidas mudanças assistidas, a educação e a formação deixaram de ser um “capital” que se acumulava ou adquiria antes da entrada no mercado de trabalho, para ser algo que acompanha as pessoas ao longo de toda a sua vida.

Conscientes deste fato, em 1996, o Brasil aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Decenal de Educação para uma década, com o objetivo estratégico de construir um espaço econômico mais dinâmico e competitivo, através da educação, de forma a garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social. Para a concretização de tão ambicioso objetivo foi desenvolvida uma estratégia, visando à transição para uma sociedade e uma economia baseada no conhecimento e pela modernização do modelo social mais participativo, através do investimento nas pessoas e o combate à exclusão social.

Em Alagoas, as Organizações Sociais partiram para vários movimentos de apoio à melhoria da educação, defendendo que só será possível alcançar o desenvolvimento, aumentar a competitividade e a produtividade, com o incremento do nível educacional da população. Essas Organizações destacam ainda que o baixo nível de produtividade do Estado está relacionado com a existência de setores baseados em trabalho pouco qualificado.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Realça-se ainda o fato de, geralmente, uma população melhor educada é mais inovadora e tem mais facilidade em se adaptar a mudanças tecnológicas, presentes em todas as formas de desenvolvimento, e este também deva ser considerado um pré-requisito para que Alagoas seja mais competitivo e incremente os níveis de produtividade social e econômica.

Esta realidade tem a sua gênese na história recente do próprio Estado, observa-se que partir de 1996, ano em que é aprovada a LDBN, ficou mais evidente com a publicação dos índices da educação nacional, enorme atraso estrutural no domínio da educação em Alagoas. Desde então, e até ao momento atual, foi percorrido um longo caminho. A escolaridade mínima obrigatória passou para 9 anos, o acesso ao ensino básico generalizou-se e o ensino superior conheceu uma enorme expansão.

No entanto, apesar dos progressos alcançados, o ritmo a que estes se processaram foi claramente insuficiente para aproximar os níveis educacionais da população alagoana aos dos estados nordestinos e aos grandes centros do país. Efetivamente, em 2011 a população alagoana, apresentava o menor número de anos de escolarização formal – 2,4 anos, acima apenas do Estado do Maranhão (2,1) e do Piauí (2,0), face aos 4,4 anos da média dos estados brasileiro. Ressalta-se que, em 2011, as metas estipuladas pelo Ministério da Educação para o IDEB nacional ficou em 5,0 para os anos iniciais do ensino fundamental, no entanto, Alagoas apresentou baixo desempenho com 3,8, nos anos iniciais do ensino fundamental, e 2,9, nos anos finais do ensino fundamental.

A comparação da realidade alagoana com a dos demais estados brasileiros, permite evidenciar a enorme defasagem que existe particularmente preocupante na população mais jovem. Nota-se que a taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%) em 2011 na faixa etária de 15 a 17 anos foi a menor do país com 77,4%, sendo a média do Nordeste 98,1%. Especialmente, se for considerado a taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 15 a 17 anos no ensino médio, esse percentual cai para 32,6%, ainda o menor do país, em relação a 42,6% no Nordeste e 51,6% de todo a país. ¹

Historicamente estes resultados refletem a persistência ao longo de muitos anos de elevados níveis de insucesso e de abandono escolar, prematuro e desqualificado. Esta situação fez com que muitos jovens tivessem entrado no mercado de trabalho sem qualquer qualificação profissional e, muitas vezes, sem o nível mínimo de escolaridade. Adicionalmente, para esta realidade também contribuiu o fato do ensino básico ter apresentado durante as últimas três décadas poucas saídas vocacionais, sendo na sua esmagadora maioria orientado para o prosseguimento de estudos.

Para agravar toda esta realidade, juntam-se indicadores populacionais pouco favoráveis, os ritmos de evolução lentos e as novas exigências de qualificações e

¹ Síntese de Indicadores Sociais- Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 29, Rio de Janeiro: IBGE 2012.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

competências da economia baseada no conhecimento. Sintomático é também o fato dos baixos níveis educacionais ainda não se refletirem de forma significativa nos indicadores relativos ao emprego, o que revela outra realidade: uma economia alagoana ainda muito baseada em mão-de-obra intensiva, pouco qualificada, barata e de baixo valor econômico. Tal realidade é confirmada pelos índices apresentados pelo IBGE em 2012, no qual a média de anos de estudo e o rendimento médio mensal é o menor (2,3 – brancas e 1,6 – pretos ou pardos) do país e da região Nordeste (2,7 – brancas e 1,7 – pretos ou pardos), independente da raça ou cor. Verifica-se, deste modo, que existe uma enorme “fatia” da população alagoana sem o que se pode designar patamar mínimo de conhecimentos, particularmente importante na transição e adaptabilidade às sociedades baseadas no conhecimento e para a participação na Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV). Como tem salientado os órgãos Europeus para o desenvolvimento da educação em integração com o social e econômico.

Torna-se por isso premente proporcionar à população com baixas qualificações a possibilidade de se qualificarem e, por esta via, renovarem o seu acúmulo de conhecimentos e obterem novas competências.

Constata-se assim que o estado tem de atuar a dois níveis: por um lado, tem de combater o insucesso e abandono escolar junto de todos aqueles que ainda estão no sistema de ensino; e, por outro lado, tem de conseguir que os jovens e adultos que estão no mercado de trabalho com baixas qualificações ou com qualificações desatualizadas voltem ao sistema de ensino e formação.

Face ao exposto, os sucessivos governos brasileiros adotaram diversas medidas visando, por um lado, a criação de vias alternativas de ensino e formação para todos os que ainda estão no sistema de ensino e, por outro lado, o regresso ao sistema de ensino e formação dos jovens e adultos que hoje estão no mercado de trabalho sem os níveis de escolarização e formação necessários e adequados. Entre estas medidas adotadas surgem: Programa Nacional Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Brasil Alfabetizado dentro do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), os Técnicos de nível médio através do Programa Nacional de Acesso ao Curso Técnico e Emprego (PRONATEC), entre outros, que visam a inclusão de jovens e adultos. Apesar da existência de todos estes programas nacionais, verifica-se que o sistema público de educação alagoana não tem avançado e quando avança chega ser insignificante, por motivos históricos enraizados na cultura política do estado.

A partir 1996, em face deste contexto e à premência de se inverter esta situação, o governo federal brasileiro assume que a qualificação dos alagoanos é decisiva para o desenvolvimento do estado, propondo um conjunto de medidas, entre as quais se destaca, pela sua ligação ao presente trabalho de investigação, o desenvolvimento da formação de técnicos e a qualificação para o trabalho, ou seja, os programas de profissionalização como o PROJOVEM e o PRONATEC, em particular, incentivado no seio das instituições privadas de ensino superior, como forma de desencadear uma verdadeira transformação na profissionalização de jovens e adultos.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No início do ano em curso o governo federal destacou a importância de diversificar os programas de estudo nas instituições de ensino superior privado, através do desenvolvimento de programas orientados para o exercício profissional, ou seja, do PRONATEC.

O PRONATEC é um programa de formação técnica especializada de natureza pós-ensino médio ou concomitante ao ensino médio, de forma que a diplomação se dá com a conclusão das duas etapas de ensino que visam preparar jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas. Caracterizam-se por possuírem uma forte componente prática, quer em sala de aula, quer em situação real de trabalho. A sua conclusão com aproveitamento confere uma qualificação profissional de nível médio e permite o prosseguimento de estudos num curso superior tecnológico, após aprovação no exame seletivo do ingresso ao curso superior.

Com o incentivo que o governo federal vem direcionando para que as instituições de ensino superior privado possam participar do programa, e retirando o foco apenas na esfera pública, avalia-se a possibilidade do estado de Alagoas avançar na qualificação de jovens e adultos em cursos focados a uma resposta imediata para o mundo do trabalho. Ou seja, a dedicação ao ensino técnico, ou seja, à formação pós-média, não superior, com base no qual as Instituições de Ensino Superior - IES possam ofertar e diplomar cursos técnicos, e ainda dar prosseguimento de estudos na educação tecnológica. Como este programa em Alagoas ainda está em fase de implantação pela Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, apesar de já ter sido autorizado há vários meses, ainda não saiu do papel, provavelmente em função da estrutura política e burocrática do serviço público estadual, que veem na educação, campo propício para um loteamento de forças políticas.

São vários anos de uma decadência educacional comprovada por publicações de ONGs e do Ministério de Educação que demonstra os baixos índices educacionais do estado de Alagoas. A falta de conhecimento e respeito à educação e a gestão educacional no estado de Alagoas foram expressas em recente Decreto 23.431, publicado em 20/11/2012 no Diário Oficial do Estado, onde o ex-secretário de Educação do Estado de Alagoas toma a presidência do Conselho Estadual de Educação – CEE/AL, apoderando-se do papel representativo dos outros segmentos que compõem o CEE/AL, e acabando com o processo de escolha democrática do/a presidente do CEE/AL e das suas Câmaras, que a partir daquele momento seriam “indicações” do Secretário.

É neste contexto que surge o presente trabalho de investigação, com o qual se pretende caracterizar a evolução da educação do Estado e evidenciar a sua pertinência e adequação às necessidades de educação e qualificação de parte da população alagoana.

O tema escolhido insere-se numa nova visão da população que sai às ruas e coloca de forma, certamente desordenada, porém necessária, à insatisfação com a conjuntura estrutural do país e especial de Alagoas.

Trata-se de um estudo voltado a evolução e desenvolvimento de uma formação profissional especializada que tem aparecido nas pesquisas nacionais e internacionais, como a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

salvaguarda do processo de desenvolvimento estrutural, embora Alagoas tenha caminhado no sentido inverso, comprovado pelo desinteresse dos governos com a educação e a queda dos índices educacionais.

Presencia-se uma área de conhecimento emergente em Alagoas, sobre a qual não há estudos ou trabalhos conhecidos e a informação disponível é muito escassa, incompleta e fracionada.

A recente aposta política na expansão desta área de desenvolvimento do estado não apresenta alteração no seu enquadramento executivo, alargando, entre outros, o leque de potenciais formandos (jovens e adultos) e atribuindo a sociedade um papel de maior relevância na luta por uma educação de qualidade e a responsabilidade do estado de Alagoas que não tem demonstrado avanço, comprovado pelos índices anteriormente apresentados.

Apesar do PRONATEC ser um programa no qual o governo federal venha instigando a participação dos setores econômicos privados por ter consciência de sua incapacidade de atender a demanda e cumprir suas metas educacionais a curto e médio prazo, este estudo, embora não seja pioneiro, reúne dados da situação educativa, social e econômica de Alagoas através do qual os resultados da análise proporcionarão subsídios para que o setor educacional alagoano possa refletir e estes resultados possam contribuir para o incremento da qualificação da população alagoana.

A motivação na participação dos autores ao longo de mais de trinta anos no desenvolvimento do ensino em Alagoas, primeiro como docentes, posteriormente como dirigentes do antigo Centro Federal de Educação de Alagoas e atualmente como dirigentes da Faculdade de Tecnologia de Alagoas e pesquisadores na área de educação em diferentes níveis, permite-lhes ter uma visão alargada do ensino no Brasil e especial em Alagoas, conhecimento aprofundado do ensino técnico e superior, em particular, da modalidade superior tecnológica.

A experiência e vivência diária permitiu acompanhar não só os problemas e os desafios que se colocaram a este sistema de ensino, mas também participar na evolução que se registou em pouco mais de uma década, que foi sem dúvida notável sob alguns pontos de vista na modalidade do ensino superior tecnológico.

Após um enorme crescimento na oferta e frequência de cursos superiores tecnológicos, com as instituições muito vocacionadas para a vertente de ensino, assistiu-se nos últimos anos a uma progressiva mudança de paradigma, quer nas formas de ensinar e, sobretudo, de aprender, quer no alargamento das áreas de intervenção das instituições de ensino superiores tecnológicos e outros níveis de educação e formação, quer ainda na abertura a novos públicos não tradicionais no ensino superior tecnológico.

O fato acima mencionado levanta outro estudo que comprova a situação econômica e educacional do estado de Alagoas onde os cursos tecnológicos tem uma queda de procura acentuada, em desencontro com os índices de crescimento apresentado em outros estados no censo da educação superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), sendo assim, como poderão estes cursos darem continuidade aos estudos com o PRONATEC se eles forem se extinguindo?

Por estes motivos, o privilégio e a responsabilidade de coordenar o PRONATEC do Estado de Alagoas através da Fundação Alagoana de Pesquisa, Educação e Cultura (FAPEC) em uma nova área de intervenção nos cursos técnicos para Jovens e Adultos, dentro do programa do Governo Federal na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, desde o seu início em 2013, até ao momento de sua implantação e desenvolvimento, permitirá perceber a importância e a relevância que muitos dos formandos e suas famílias assumem, bem como a frequência e a realização de um curso técnico e sua importância para elevação do conhecimento dos jovens do Estado.

Foi este contato e observação permanente de uma nova realidade que levou-nos a questionar-se sobre qual o papel destes cursos na sociedade Alagoana. Entre outras, questionou-se sobre: Como surgiram? Que contribuições podem dar para a qualificação da população Alagoana? Que áreas de formação existem e como foram identificadas suas necessidades de oferta? Quem os frequenta? Porque é que o faz? Quais são as mais valias de um curso técnico para quem o realiza e para as empresas? Contribuem para o incremento da aprendizagem ao longo da vida (ALV) e para a captação de novos públicos no ensino superior da Tecnologia? Será que é uma via alternativa ao prosseguimento direto de estudos superiores para os jovens em idade escolar?

Foi este misto de interesse e curiosidade pessoal e profissional, conjugado com uma forte vontade de contribuir para melhorar de forma contínua esta área de formação em Alagoas e, em particular, na Faculdade Tecnologia de Alagoas (FAT/FAPEC), que conduziram à realização do presente estudo e a aplicação do projeto.

Não há dúvidas que este trabalho de investigação estudará o contexto educacional do Estado de Alagoas e evidenciará sua importância para o índice de desenvolvimento humano e econômico, mediante o conhecimento da contribuição da qualificação da população alagoana de (jovens e adultos), em particular, da população ativa em seu desenvolvimento. Tais resultados possibilitarão uma variedade de estudos e pesquisas do setor educacional em Alagoas.

Para analisar e perceber o contexto, foram utilizadas várias fontes de informação, sobretudo de natureza estatística, que pudessem situar o tema em estudo e conhecer de forma precisa e objetiva a realidade socioeducativa alagoana no contexto Nacional e compará-la com outros estados. Posteriormente, buscar-se-á a importância do PRONATEC e a evolução do enquadramento legislativo do programa, desde o seu aparecimento, dando particular relevância à análise da implantação pelo Estado de Alagoas.

Em seguida, tendo em conta a formação pós-ensino médio e concomitante, torna-se importante os conceitos de educação e formação e a sua evolução para a Aprendizagem ao Longo da Vida (AVL), e analisamos a evolução das políticas e das ações em curso, quer na



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Secretaria Estadual ou em outro órgão privado, nos domínios da educação e da formação profissional.

Após o estudo e enquadramento da educação estadual pública, será realizado o levantamento e análise da oferta e frequência dos participantes do PRONATEC como contextualização da educação estadual, de modo que, a partir de uma amostragem em instituições particulares distintas, estes cursos possam ser estudados, bem como sua implantação na Secretaria de Estado da Educação.

A realização de um inquérito por questionário aos estudantes da educação estadual participantes do PRONATEC, como forma de identificação da situação atual das instituições participantes do programa e da qualidade ensino médio permitirá caracterizá-los e conhecer em detalhe sua opinião sobre a contribuição do ensino público para a atualização e aquisição de novos conhecimentos e novas competências, para a empregabilidade e para o prosseguimento de estudos superiores.

Os resultados obtidos serão contrastados e ampliados através da realização de entrevistas com responsáveis de empresas e instituições onde se realizaram estágios destes cursos e a aprovação dos estudantes em instituições públicas de ensino superior.

Todo o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos permitirão retirar conclusões, identificar os aspectos mais positivos e as áreas a melhorar, formular propostas visando à consolidação desta oferta formativa em Alagoas e ter uma visão amostral da realidade do ensino público do estado, diante das publicações dos índices de avaliação da educação de Alagoas.

Portanto, este documento trata da primeira etapa do estudo referente aos levantamentos documentais e bibliográficos da situação da educação no estado de Alagoas, cujos principais dados foram extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no qual mostra que Alagoas está em último lugar no ranking do índice de desenvolvimento humano (IDH em 2010), com média de 0,631, abaixo da que foi apresentada três anos atrás. De acordo com o mesmo documento, o IDH - educação em Alagoas, se comparado com os demais estados da federação também é o último do ranking nacional com o índice de 0,520, o que comprovando a necessidade de uma tomada de posição pela sociedade alagoana como forma de mudança do quadro que a cada dia só se agrava, deixando um futuro incerto para o grupo de jovens que estão no ensino público do Estado de Alagoas.

Contextualização da educação em Alagoas

Nas últimas décadas, registaram-se em Alagoas, quadro de uma carência de progressos significativos nos domínios da educação e da formação. Em 1996, ano em que é aprovado a LDBN, o País apresentava um enorme atraso estrutural nestes setores. Desde então, e até ao momento atual, foi percorrido um longo caminho. A escolaridade mínima obrigatória passou



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

para 9 (nove) anos, a frequência dos ensinos fundamental e médio generalizou-se e o ensino superior conheceu uma enorme expansão.

As mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorreram neste período foram acompanhadas por sucessivas alterações no sistema educativo brasileiro, registrando um grande crescimento. Apesar desta evolução nacional, a população alagoana continuou a apresentar atrasos significativos ao nível educacional, quando comparada com outros Estados brasileiros.

Efetivamente, os níveis do insucesso e do abandono escolar prematuro e desqualificado são enormes, fazendo com que muitos jovens entrem no mercado de trabalho sem qualquer qualificação profissional e, muitas vezes, sem o nível de escolaridade mínimo.

A qualificação da mão-de-obra é baixa, o ensino básico não apresenta saídas vocacionais, ocasionando um intenso prosseguimento de estudos. Há um claro desajustamento entre as necessidades do mercado de trabalho e a oferta de cursos técnicos, tendo por consequência uma elevada taxa de desemprego. Para, além disso, o investimento em ciência, investigação e desenvolvimento é inferior à média dos estados brasileiros.

Além disso, Alagoas apresenta uma economia carente de investimentos, além de uma persistente estrutura de baixas qualificações na população em geral, e na população ativa em particular, que resiste à passagem do tempo e que, apesar de evidenciar sinais de crescimento nos últimos anos, não acelera o ritmo de recuperação face aos estados próximos, é motivo da mais séria preocupação estratégica. A sociedade alagoana, como um todo, não internalizou ainda o desafio da educação, da formação e da qualificação dos seus cidadãos.

A educação e a formação têm também, neste início de século e de milênio, uma importância cada vez maior no acesso e na manutenção do posto de trabalho e na melhoria das condições de vida das pessoas. Como refere Avila (2005b):

“la complejidad cada vez mayor de las transiciones iniciales de los jóvenes entre el aprendizaje y el trabajo puede ser un síntoma de lo que espera a los ciudadanos de todas las edades en el futuro. La empleabilidad es, evidentemente, un resultado esencial de un aprendizaje exitoso, pero la integración social es algo más que tener un trabajo remunerado” (pp. 395-396).

A relação entre estes aspectos e o desenvolvimento econômico está bem presente na estratégia brasileira dos últimos anos, porém de acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a diferença de desenvolvimento entre os estados do Centro-Sul, Norte e Nordeste do Brasil ficou evidente com a divulgação do Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013, lançado pelo PNUD. O ranking estadual pode ser dividido em duas partes. As unidades federativas localizadas na metade de baixo do mapa ocupam as primeiras 11 posições. O primeiro representante do Norte do país é o Amapá, em 12º lugar. O Rio Grande do Norte, melhor estado nordestino, só aparece na 16ª posição. O estado de Alagoas é o último colocado. O Maranhão aparece em 26º lugar e o Pará, em 25º. Apenas a capital Maceió tem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

considerado alto entre as cidades do estado e, mesmo assim, aparece atrás de 1,2 mil municípios na lista. Os índices de renda dos 5.565 municípios avaliados mostram 14 cidades do Maranhão entre as 20 últimas colocadas. O IDHM é o resultado da análise de mais de 180 indicadores socioeconômicos dos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Tem-se que reconhecer os desafios que o estado Alagoano precisa enfrentar para melhorar os índices.

Reconhece-se que os governos brasileiros deixaram por vários anos os estados do Norte e Nordeste com uma espécie de “exclusão”, que priorizou o desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste e promoveu o atraso mostrado no estudo. No caso de Alagoas as tradições feudais e a cultura da cana-de-açúcar dominou o desenvolvimento econômico e político, e ainda se percebe a mesma situação excludente da população, ou seja, o déficit é histórico.

O Nordeste sempre teve um coeficiente muito baixo de investimentos públicos transformadores. Mas, ao longo dos últimos anos, isso foi melhorando, porém o reflexo em Alagoas é tímido e lento. No Sul e no Sudeste há mais desenvolvimento porque as políticas do país são mais concentradas nessas regiões. Afinal, é nessas regiões que se concentram as indústrias de grande porte e os maiores investimentos do nosso país.

Mas, apesar de Alagoas ocupar a última colocação no ranking, ressalta-se a melhora do índice, de baixo para médio. Observa-se que mudanças devem ser vistas no estado nos próximos anos, com tendência a investimentos em saúde, educação, segurança e inclusão produtiva, porém sem envolvimento da sociedade torna-se lento.

O quadro apresentado no estudo se deve a problemas históricos de gestão. Os indivíduos responsáveis pela política pública provavelmente não estão tomando a decisão correta, haja vista os resultados apresentados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, em que Alagoas tem apresentado índices menores na área de Educação, indo de encontro aos índices de outros estados, inclusive do Nordeste. Avalia-se ainda que não só o representante maior do governo estadual, mas as assembleias legislativas e prefeituras devem discutir e propor soluções para os problemas de economia, educação, emprego e renda que sofrem a influência da cultura do “caos” alagoano. Esses problemas se relacionam com a questão do emprego e do mercado de trabalho, devido a falta de qualificação da população, questão evidenciada no Relatório do PNUD. Evidencia-se ainda que as diferenças entre a política adotada no Sul e no Nordeste do país, e as características que influenciam diretamente os números apresentados pelo PNUD. Em geral, estados do Norte e Nordeste têm uma elite política que não circula, não abre espaço para inovação. Essas elites, normalmente familiares, se perpetuam muito mais que as do Sul e Sudeste e não têm uma oposição forte. Logo, se essas elites não apresentaram solução para os problemas de suas regiões nos últimos quatrocentos anos; não vão fazê-lo nos próximos 100 anos, diante da herança hereditária que estamos assistindo na política alagoana, trazendo prejuízos a cultura política da região. Por este contexto, chega ao poder, muitas vezes, uma pessoa que já comprometida com seu grupo, com certa elite. E aí o governo não é para todos, é para poucos. Há uma crítica à falta de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

diálogo dos gestores com as características específicas de determinadas regiões do Estado de Alagoas.

O Estado está perante um enorme desafio. Por um lado, tem que implementar políticas ativas de combate ao insucesso e abandono escolar de todos aqueles que ainda estão no sistema de ensino e, por outro lado, tem de conseguir que os jovens e adultos que estão no mercado de trabalho com baixas qualificações ou com qualificações desatualizadas voltem ao sistema de ensino e formação.

O PNUD, no relatório citado, menciona a necessidade de aumentar a diversidade de programas de estudo, referindo que uma significativa área de crescimento deverá ser desenvolvida em programas orientados para a vertente técnica profissional para melhoria da qualificação fugindo do que está sendo feito sem nenhum interesse em resultados.

Também a necessidade de uma maior participação de novos públicos é destacada nos índices do relatório, sendo enumerados como exemplos mais significativos os jovens que frequentam programas tecnológicos e especializados ao nível do ensino médio e os adultos que procuram melhorar as suas qualificações.

Neste âmbito, é interessante salientar algumas das propostas apresentadas pela União Europeia no que diz respeito à necessidade de se adotar o paradigma da aprendizagem ao longo da vida, como uma nova orientação central para o desenvolvimento dos sistemas educativos e para o desenvolvimento social, referindo-se neste contexto que as instituições de ensino têm um longo caminho a percorrer para acolher os jovens e os adultos e as suas crescentes e diversificadas necessidades de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV).

CONCLUSÕES

Na introdução deste trabalho evidenciou-se que o objetivo geral da investigação era estudar a Educação Pública do Estado de Alagoas e evidenciar a efetividade do PRONATEC para a qualificação da população Alagoana (jovens e adultos), em particular, da população ativa. Como complemento, e de forma a precisar este objetivo de natureza genérica e abrangente, foi definido um conjunto de objetivos específicos, visando à concretização e operacionalização do trabalho de investigação. Embora este documento seja focado na discussão dos dados obtidos preliminarmente no levantamento junto ao PNUD em 2013.

Desta forma, foram identificados e analisados os dados e os indicadores populacionais e educacionais de Alagoas e comparados com os dos demais estados brasileiros e, como ficou evidenciado, uma parte significativa da população alagoana apresenta ainda níveis educacionais muito baixos, apesar da evolução positiva registada nas últimas décadas, de acordo com o PNUD. Este fato é bem evidente quando se comparam os indicadores educacionais alagoanos com outros estados da federação. O agravante desta situação está o fato de, mesmo nos grupos etários em idade escolar, os dados e indicadores evidenciaram um



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

elevado abandono e insucesso escolar, bem evidente nas baixas taxas reais de escolarização, sendo particularmente preocupante ao nível do ensino Médio.

Em face desta realidade e de modo a alterá-la, constata-se a necessidade de intervir, quer ao nível dos grupos etários que ainda estão em idade escolar, incrementando de forma decisiva a taxa real de escolarização e as suas qualificações, quer ao nível das pessoas que já estão em idade adulta e no mercado de trabalho, fazendo com que regressem ao sistema de ensino e formação e aumentem a sua escolaridade e qualificação.

Esta necessidade torna-se particularmente relevante se atendermos ao fato de ser conhecida a importância que os níveis educacionais e as qualificações das pessoas têm nas sociedades globalizadas e baseadas no conhecimento, nos indicadores socioeconômicos das nações e das organizações, e nos níveis de empregabilidade e de bem-estar das pessoas.

Efetuada a contextualização da realidade socioeducativa, procede-se ao estudo dos conceitos de educação e formação e da sua evolução para o conceito de aprendizagem ao longo da vida, modelo apresentado em estudos da União Europeia. Procura-se desta forma evidenciar um conceito que extravasa as áreas de atuação clássicas da educação e formação, e que coloca novos desafios às pessoas e aos sistemas de ensino e formação. Certamente a sociedade deve enfrentar a herança “feudal” dos governos alagoanos ao longo dos anos.

É nesta sequência que se quer analisar e apresentar a evolução das políticas e das ações da educação pública estadual, quer nos municípios, quer no Estado, nos domínios da educação e da formação profissional no contexto da ALV do modelo europeu.

Conclui-se que só com um acompanhamento dos recursos e do desenvolvimento da educação se dará um ponto de viragem nas políticas alagoanas de ensino e formação. Registraram-se no Atlas do PNUD progressos significativos, em outros setores que foram prejudicados pela forma como a Educação é conduzida no país.

No domínio da educação e formação profissional; precisa-se de uma identificação e definição de um novo quadro de indicadores, visando a monitorização do desempenho e evolução registradas nos domínios da educação e formação no Estado.

Adicionalmente, constata-se que é difícil concretizar reformas de forma rápida e harmonizada, ao nível do Estado de Alagoas. O fato dos organismos do estado terem, no essencial, um papel de pilotagem e indução das reformas acordadas, cabe as secretarias executá-las e implementá-las, a par da salvaguarda da diversidade e da identidade dos sistemas de educação e formação dos diversos setores produtivos e sociais, torna as reformas lentas e difíceis.

Já ao nível nacional, permitiu concluir a existência de resultados relevantes em vinte anos, porém apresenta o setor educacional com o “gargalo” para um avanço maior.

Concluimos que em 2014, com a alteração do ciclo político e a avaliação das medidas implantadas, se inicia um novo ciclo, que coincide com a revisão da estratégia de Alagoas para uma reforma política Educacional. Neste contexto, assume particular relevância a iniciativa privada e a necessária Reforma da Educação Estadual e da Formação Profissional,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

as quais seguem, na sua generalidade, as orientações produzidas no âmbito Nacional, devendo haver um controle eficaz dos programas, deixando claro para a população mais preparada que é uma simples forma de desvio de recursos federais tão importantes para as mudanças do quadro atual.

Em síntese, após um período de 18 (dezoito) anos de publicação da LDBN e vários programas, medidas, ações do governo federal para melhoria da educação, sem o mínimo interesse de melhorar os resultados pouco expressivos em termos de evolução da qualificação dos alagoanos, o fato mais significativo é a queda dos índices educacionais nos últimos anos.

Analisado o contexto, situado o tema de estudo, estudado os conceitos, as políticas e programas ao nível alagoano e nacional, e a gênese e a evolução da educação de Alagoas, passou-se aos dois objetivos específicos seguintes: conhecer e estudar o percurso da educação pública de Alagoas, formação profissional e o grau de satisfação dos estudantes que estarão envolvidos com o PRONATEC e serão diplomados pela Secretaria de educação do Estado e entidades privadas envolvidas, instituições de natureza diferente, e perceber a contribuição deste tipo de formação para a atualização e obtenção de novos conhecimentos e competências, empregabilidade e prosseguimento de estudos; além de analisar a contribuição para aprendizagem ao longo da vida, conforme modelo europeu, e para a captação de novos públicos não tradicional.

Observando a reprovação pelo menos uma vez nos ensino básico, e sabendo que sua esmagadora maioria é proveniente do ensino público, certamente a situação será bastante diferente entre os estudantes ingressante no PRONATEC. Esta realidade reforça os resultados divulgados pelo PNUD, que estão em sintonia com as razões apontadas por outros centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Com os resultados obtidos, serão observados outros aspectos relacionados com a aquisição de novos conhecimentos e competências, a relação com a atividade profissional exercida e o fato de permitir o acesso ao ensino que leva a uma profissionalização, relacionando com as necessidades de conclusão do ensino médio.

No ensino profissional tradicional, os estudantes ressaltam a importância da prática para efetivação do conhecimento, sempre relacionados com a empregabilidade, pois correspondem às necessidades do mercado de trabalho e a preparação para o exercício de uma profissão, por este motivo, espera-se que as respostas em ambos os estudos de caso coincidam após a implantação do PRONATEC em Alagoas.

Quanto à candidatura ao ensino superior após a conclusão do estudo poderemos, concluir que os dois casos apresentarão realidades bastante distintas nas camadas sociais, que precisam ser constadas em Alagoas.

Quanto a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) os aspectos relacionados com as contribuições no programa são para a captação de novos públicos para o sistema de ensino e formação.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Conclui-se, a princípio que, o PRONATEC constitui uma alternativa para uma parte dos jovens sem experiência profissional, que encontram nestes cursos uma formação técnica, de natureza eminentemente prática, especializada e profissionalizante que permite o ingresso mais rápido no mercado de trabalho; e para o regresso das pessoas adultas que estão na vida ativa ao sistema de ensino e formação, em particular, quando há uma relação direta entre o PRONATEC e atividade profissional desenvolvida, constituindo uma oportunidade para atualizar e adquirir novos conhecimentos e competências na sua área profissional. Conclui-se também que, para os nossos estudantes é uma oportunidade de sair das estatísticas “caóticas” do IDH alagoano. Tudo isso será ratificado, ou não, após a conclusão da etapa de implantação e efetivação do PRONATEC em Alagoas que ainda se espera.

Referências

AVILA, C. F. D. . Migração, globalização e relações internacionais: em busca de novas interpretações fundamentadas em evidências latino-americanas recentes. Universitas. Relações Internacionais (Impresso), Brasília, DF, v. 3, n.2, p. 91-103, 2005.

Banco Mundial. Indicadores do Desenvolvimento Mundial, 2003.

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/legislacoes>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

Diário Oficial do Estado de Alagoas. Decreto 23.431, publicado em 20 nov. 2012, p.66.

DRUCKER, Peter. A Administração na próxima sociedade. São Paulo: Nobel, 2003.

IBGE. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2012. Disponível em: < <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/default.shtm>>. **Acesso em:** 20 ago. 2013.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais- Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 29, Rio de Janeiro: 2012.

PNUD Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 29 jul. 2013.